



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA PARA SERVIÇOS

Suporte Médico em Eventos

1. DO OBJETO

1.1 Contratação de empresa especializada para os serviços de **Suporte de Atendimento Médico em eventos**.

1.2 O serviço acima é necessário atender as necessidades da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e da Secretaria Municipal de Cultura, conforme condições, especificações, exigências e estimativas estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.3	Requisitante:	Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade; Secretaria Municipal de Cultura
1.4	Fundamentação legal:	Lei 8.666/93; Lei 10.520/02 combinada com Decreto 599/2020 e 10.024/19, via Sistema de Registro de Preço.
1.5	Período:	12 meses;
1.6	Tipo:	Menor preço global, respeitando os valores unitários nos termos da Lei nº. 8.666/93;

2. DO SERVIÇO

2.1 A empresa contratada deverá prestar os serviços de Suporte de Atendimento Médico em Eventos necessários para atender as eventuais necessidades dos eventos públicos promovidos pela Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade e pela Secretaria Municipal de Cultura, durante 12 meses.

2.2 A tabela abaixo demonstra detalhadamente o objeto do presente Termo de Referência, bem como descrição dos serviços a serem cumpridos, para auxiliar a empresa contratada a estimar seus valores, considerando as especificações e necessidades;

2.3 Neste Termo de Referência, entenderá por DIÁRIA o período equivalente de até **08 h de trabalho**.

LOTE	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNID.	QTDE.
01	01	Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 1.000 a 4.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE. Atendendo às legislações pertinentes, como a SEDEC 83/2016, Notas Técnicas nº 05-05:2019, nº 1-01:2019 e 05-04:2019 do CBMERJ, Lei Complementar Municipal 69 de 2012 e afins, bem como suas possíveis atualizações. Recursos mínimos: <ul style="list-style-type: none">01 (um) posto médico com 02 (duas) macas;01 (um) médico;	Diária	81



	02	<ul style="list-style-type: none">• 01 (um) enfermeiro• 01 (um) técnico de enfermagem;• 01 (uma) ambulância tipo D (Ambulância de Suporte Avançado) guarnecida e equipada de forma independente do posto médico.• 06 (seis) maqueiros;• A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do CART e FARE dos eventos nos quais serão solicitados os serviços, de acordo com o quantitativo estimado de público. <p>Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 5.000 a 9.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE. Atendendo às legislações pertinentes, como a SEDEC 83/2016, Notas Técnicas nº 05-05:2019, nº 1-01:2019 e 05-04:2019 do CBMERJ, Lei Complementar Municipal 69 de 2012 e afins, bem como suas possíveis atualizações.</p> <p>Recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none">• 04 (quatro) macas distribuídas em 02 (dois) postos médicos.;• 01 (um) médico para cada posto;• 01 (um) enfermeiro para cada posto;• 01 (um) técnico de enfermagem para cada 02 (duas) macas ou fração;• 02 (duas) ambulâncias guarnecidas e equipadas de forma independente do posto médico – 1 (uma) de tipo D (Ambulância de Suporte Avançado) e outra do tipo B (Ambulância de Suporte Básico)• 10 (dez) maqueiros;• A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do CART e FARE dos eventos nos quais serão solicitados os serviços, de acordo com o quantitativo estimado de público.	Diária	27
	03	<p>Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 10.000 a 15.000 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE. Atendendo às legislações pertinentes, como a SEDEC 83/2016, Notas Técnicas nº 05-05:2019, nº 1-01:2019 e 05-04:2019 do CBMERJ, Lei Complementar Municipal 69 de 2012 e afins, bem como suas possíveis atualizações.</p> <p>Recursos mínimos:</p> <ul style="list-style-type: none">• 06 (seis) macas distribuídas em 03 (três) postos médicos;• 01 (um) médico para cada posto;• 01 (um) enfermeiro para cada posto• 01 (um) técnico de enfermagem para cada 03 (três) macas ou fração;• 03 (três) ambulâncias guarnecidas e equipadas de forma independente do posto médico – 1 (uma) de tipo D (Ambulância de Suporte Avançado) e 02 (duas) do tipo B (Ambulância de Suporte Básico)	Diária	06



		<ul style="list-style-type: none">• 16 (dezesseis) maqueiros.• A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do CART e FARE dos eventos nos quais serão solicitados os serviços, de acordo com o quantitativo estimado de público.		
--	--	--	--	--

2.4 Especificações dos Postos Médicos, conforme SEDEC 83 de 5 de janeiro de 2016.

2.4.1 O seguinte mobiliário deverá estar disponíveis para cada posto médico, possuindo de 02 (duas) até 10 (dez) macas ou fração:

- 2.4.1.1 móvel para armazenamento de medicamentos, metálico, material plástico ou em madeira, isento de vidros em sua constituição;
- 2.4.1.2 mesa de apoio ou bancada para colocação de equipamentos médicos;
- 2.4.1.3 mesa tipo escrivaninha para atendimento médico (também isenta de vidro);
- 2.4.1.4 Assentos para a equipe de atendimento, para os pacientes e acompanhantes;
- 2.4.1.5 biombos para separação entre as macas ou sistema semelhante;
- 2.4.1.6 escada de 02 (dois) degraus para cada maca;
- 2.4.1.7 braçadeira para injeção;
- 2.4.1.8 suporte de soro de chão, parede ou teto em quantidade compatível com o número de macas, permitindo que 02 (dois) frascos de soro sejam fixados simultaneamente;
- 2.4.1.9 um foco de luz portátil para cada 05 (cinco) leitos ou fração;
- 2.4.1.10 macas com rodízios emborrachados cujo diâmetro seja superior a 10 (dez) cm, grades laterais e sistema que possibilite a elevação da cabeceira em um mínimo de 45º (quarenta e cinco graus);
- 2.4.1.11 01 (uma) cadeira de rodas; e
01 (uma) lixeira com tampa e pedal para cada maca.

2.4.2 Os seguintes equipamentos deverá estar disponíveis para cada posto médico possuindo 02 (duas) até 10 (dez) macas:

- 2.4.2.1 01 (um) estetoscópio por profissional de saúde;
- 2.4.2.2 01 (um) esfigmomanômetro por maca;
- 2.4.2.3 01 (uma) bolsa auto-inflável de ventilação manual com reservatório acompanhada por uma máscara de ventilação para cada maca;
- 2.4.2.4 01 (um) monitor cardíaco/desfibrilador manual portátil com marca-passo externo, funcionamento a bateria, capaz de monitorizar o ritmo cardíaco com as pás de desfibrilação (*"quick look paddles"*) para cada posto médico, possuindo até 10 (dez) macas ou fração, cada equipamento deverá possuir bateria reserva carregada;
- 2.4.2.5 01 (um) oxímetro de pulso portátil com funcionamento a bateria para cada 02 (duas) macas;
- 2.4.2.6 01 (um) eletrocardiógrafo (pode estar integrado ao monitor/desfibrilador);
- 2.4.2.7 01 (um) glicosímetro com as respectivas fitas de testagem;
- 2.4.2.8 01 (um) aspirador portátil de secreção para cada 05 (cinco) macas, podendo o vácuo do mesmo ser produzido por: motor elétrico (neste caso com funcionamento a bateria), manualmente ou através de sistema Venturi, devendo haver no mínimo um aspirador em cada posto;



2.4.2.9 02 (duas) bombas infusoras com bateria para cada seis macas ou fração, devendo haver no mínimo 02 (duas) bombas infusoras em cada posto;

2.4.2.10 01 (um) cilindro de oxigênio portátil de 0,45m³ para cada 02 (duas) macas, devendo haver no mínimo um cilindro de oxigênio portátil de 0,45m³ cada posto;

2.4.2.11 01 (um) cilindro de oxigênio de 4,0m³ para cada 05 (cinco) macas ou fração, devendo haver no mínimo um cilindro para cada posto.

2.4.2.12 01 (um) nebulizador para cada cinco macas ou fração, devendo haver no mínimo 01 (um) aparelho em cada posto;

2.4.2.13 01 (um) respirador mecânico de transporte para adulto;

2.4.2.14 02 (dois) laringoscópios infantil/adulto com conjunto de lâminas;

2.4.2.15 pinça de Magyll;

2.4.2.16 01 (um) receptáculo metálico para diurese e evacuação do paciente ("compadre e comadre") para cada maca;

2.4.2.17 01 (uma) prancha longa com mínimo de 03 (três) cintos de fixação e estabilizador lateral de cabeça para cada 02 (duas) macas ou fração;

2.4.2.18 01 (uma) prancha curta para massagem cardíaca;

2.4.2.19 01 (uma) tesoura para corte de vestes para cada profissional de enfermagem;

2.4.2.20 01 (um) termômetro clínico para cada maca

2.4.2.21 possibilidade de administrar oxigenoterapia em 50% das macas de cada posto.

2.4.3 Os seguintes materiais de consumo deverá estar disponíveis e quantidades suficientes para atender a demanda do evento, em cada posto médico:

2.4.3.1 contêineres próprios para descarte de material pérfuro-cortante;

2.4.3.2 cânulas endotraqueais de vários tamanhos;

2.4.3.3 cateteres de aspiração;

2.4.3.4 drenos de tórax ou kits de descompressão torácica;

2.4.3.5 cateteres nasais de oxigênio;

2.4.3.6 máscaras laríngeas adulto/infantil de vários tamanhos;

2.4.3.7 cateteres para aspiração traqueal de vários tamanhos;

2.4.3.8 luvas de procedimentos;

2.4.3.9 luvas estéreis;

2.4.3.10 máscara para suplementação de oxigênio adulto/infantil com reservatório;

2.4.3.11 cadarços para fixação de cânula endotraqueal;

2.4.3.12 conjunto de cânulas orofaríngeas adulto/infantil de vários tamanhos;

2.4.3.13 fios cirúrgicos de diversos tamanhos;

2.4.3.14 fios-guia para intubação adulto/infantil;

2.4.3.15 bisturi (cabo e lâmina);

2.4.3.16 material para cricotiroidostomia;

2.4.3.17 pacotes de gaze estéril;



- 2.4.3.18 pacotes de compressa estéreis;
- 2.4.3.19 esparadrapo;
- 2.4.3.20 20 cateteres sobre agulha para punção venosa, tamanhos 14, 16, 18, 20 e 22;
- 2.4.3.21 garrotes para punção venosa;
- 2.4.3.22 equipos de macro e microgotas;
- 2.4.3.23 seringas e agulhas hipodérmicas de vários tamanhos;
- 2.4.3.24 caixa para pequena cirurgia e sutura;
- 2.4.3.25 frascos coletores com sistema para drenagem de tórax;
- 2.4.3.26 extensões para drenos torácicos;
- 2.4.3.27 sondas vesicais de diversos números;
- 2.4.3.28 coletores de urina;
- 2.4.3.29 espátulas de madeira;
- 2.4.3.30 sondas nasogástricas;
- 2.4.3.31 eletrodos descartáveis para o monitor;
- 2.4.3.32 equipamentos de proteção individual para a equipe de atendimento (óculos de proteção, máscaras cirúrgicas e aventais descartáveis);
- 2.4.3.33 cobertores, travesseiros e lençóis;
- 2.4.3.34 conjunto de colares cervicais (tamanho P, M e G);
- 2.4.3.35 almotolias com anti-séptico;
- 2.4.3.36 cinquenta cartões de triagem para acidentes com múltiplas vítimas;
- 2.4.3.37 equipos para drogas fotossensíveis;
- 2.4.3.38 equipo para bombas de infusão;
- 2.4.3.39 papel toalha;
- 2.4.3.40 papel higiênico;
- 2.4.3.41 sabonete líquido;
- 2.4.3.42 fichas de registro para atendimento médico (BAM);
- 2.4.3.43 circuito(s) de ventilador artificial estéril de reserva;
- 2.4.3.44 sabão líquido;
- 2.4.3.45 álcool gel a 70%;
- 2.4.3.46 papel toalha

2.4.4 Medicamentos que deverá estar disponíveis nos postos médicos, quantidades suficientes para atender a demanda:

2.4.4.1 - Para uso oral:

- ácido acetilsalicílico 100 mg (comprimidos);
- captopril 50 mg (comprimidos);
- clopidogrel;
- diclofenaco de sódio 50 mg ou outro anti-inflamatório não esteroide de uso oral;



- dipirona (comprimidos e solução oral);
- isossorbida 5 mg;
- metoclopramida comprimidos e solução oral;
- sais para reidratação oral;
- paracetamol 500 mg (comprimidos);
- paracetamol 200 mg/ml (solução oral);
- hioscina 10 mg (comprimidos);
- hioscina + dipirona (solução oral).

2.4.4.2 Para uso parenteral:

- adrenalina 1 mg;
- adenosina 6 mg;
- água destilada;
- amiodarona 150 mg;
- atropina 0,25 mg;
- bicarbonato de sódio a 8,4%;
- cloreto de sódio a 20%;
- cloreto de potássio a 10%;
- diazepam 10 mg;
- dipirona a 50%;
- dopamina 50 mg;
- fenitoína 250 mg;
- flumazenil 0,5 mg;
- furosemida 20 mg;
- glicose hipertônica a 25% e/ou 50%;
- gluconato de cálcio a 10%;
- haloperidol 5 mg;
- hidrocortisona 100 mg;
- hioscina 20 mg;
- lidocaína a 2%;
- manitol a 20%;
- metilprednisolona 125 mg;
- metoclopramida 10 mg;
- metoprolol 5 mg;
- midazolam 15 mg;
- morfina 10 mg;
- noradrenalina 4 mg;
- nitroglicerina 25 mg;
- prometazina 50 mg;
- ringer lactato 500 ml;
- solução fisiológica a 0,9% 500 ml;
- solução glicosada a 5% frasco de 500 ml;
- succinilcolina 100 mg;
- sulfato de magnésio a 10%;
- tramadol 50 mg

2.4.4.3 Para Nebulização:

- brometo de ipratrópio 0,25 mg/ml;
- bromidrato de fenoterol 0,5 mg/ml.

2.4.4.4 Para uso tópico:



- sulfadiazina prata;
- lidocaína geleia;
- lidocaína spray.

2.5 As Ambulâncias deverão estar com sua documentação de inspeção pela vigilância sanitária em dia.

2.6 Equipamentos e insumos que deverão estar disponíveis em veículos de emergência em eventos:

A - Equipamentos:

cilindro de oxigênio de alumínio compatível com o volume do baú de carga ou da mochila própria para transporte;
baú e/ou mochila de transporte de equipamentos;
colares cervicais (P, M, G);
desfibrilador externo automático (DEA);
talas de imobilização de diversos tamanhos;
cânula de guedel;
máscara de oxigênio com reservatório;
bolsa auto-inflável de ventilação manual adulto/infantil com reservatório;
estetoscópio;
esfigmomanômetro;
oxímetro portátil;
óculos de proteção individual.

B – Insumos:

- Luvas de procedimento;
- óculos de proteção individual;
- Ataduras;
- compressas;
- gazes.

2.6.1 Conforme a Portaria 2048/02 GM as ambulâncias deverão dispor, no mínimo, dos seguintes materiais e equipamentos ou similares com eficácia equivalente:

A – Ambulância do tipo B (Suporte Básico)

- Sinalizador óptico e acústico;
- equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel;
- maca articulada e com rodas;
- suporte para soro;
- instalação de rede de oxigênio com cilindro, válvula, manômetro em local de fácil visualização e régua com dupla saída;
- oxigênio com régua tripla (a- alimentação do respirador; b- fluxômetro e umidificador de oxigênio e c - aspirador tipo Venturi);
- manômetro e fluxômetro com máscara e chicote para oxigenação;
- cilindro de oxigênio portátil com válvula;
- maleta de urgência contendo: estetoscópio adulto e infantil, ressuscitador manual adulto/infantil, cânulas orofaríngeas de tamanhos variados, luvas descartáveis, tesoura reta com ponta romba, esparadrapo, esfigmomanômetro adulto/infantil, ataduras de 15 cm, compressas cirúrgicas estéreis, pacotes de gaze estéril, protetores para queimados ou eviscerados, cateteres para oxigenação e aspiração de vários tamanhos;
- maleta de parto contendo: luvas cirúrgicas, clamps umbilicais, estilete estéril para corte do cordão, saco plástico para placenta, cobertor, compressas



cirúrgicas e gases estéreis, braceletes de identificação; suporte para soro; prancha curta e longa para imobilização de coluna; talas para imobilização de membros e conjunto de colares cervicais;

- colete imobilizador dorsal; frascos de soro fisiológico e ringer lactato; bandagens triangulares; cobertores;
- coletes refletivos para a tripulação;
- lanterna de mão;
- óculos, máscaras e aventais de proteção e maletas com medicações a serem definidas em protocolos, pelos serviços.

B – Ambulância do tipo D (Suporte Avançado)

- Sinalizador óptico e acústico;
- equipamento de rádio-comunicação fixo e móvel; maca com rodas e articulada; dois suportes de soro;
- cadeira de rodas dobrável;
- instalação de rede portátil de oxigênio como descrito no item anterior (é obrigatório que a quantidade de oxigênio permita ventilação mecânica por no mínimo duas horas);
- respirador mecânico de transporte; oxímetro não-invasivo portátil; monitor cardioversor com bateria e instalação elétrica disponível (em caso de frota deverá haver disponibilidade de um monitor cardioversor com marca-passo externo não-invasivo);
- bomba de infusão com bateria e equipo;
- maleta de vias aéreas contendo: máscaras laríngeas e cânulas endotraqueais de vários tamanhos;
- cateteres de aspiração; adaptadores para cânulas;
- cateteres nasais;
- seringa de 20ml;
- ressuscitador manual adulto/infantil com reservatório;
- sondas para aspiração traqueal de vários tamanhos;
- luvas de procedimentos;
- máscara para ressuscitador adulto/infantil;
- lidocaína geléia e “spray”;
- cadarços para fixação de cânula;
- laringoscópio infantil/adulto com conjunto de lâminas;
- estetoscópio;
- esfigmomanômetro adulto/infantil;
- cânulas orofaríngeas adulto/infantil;
- fios-guia para intubação;
- pinça de Magyll;
- bisturi descartável;
- cânulas para traqueostomia;
- material para cricotiroidostomia;
- conjunto de drenagem torácica;
- maleta de acesso venoso contendo: tala para fixação de braço;
- luvas estéreis;
- recipiente de algodão com anti-séptico;
- pacotes de gaze estéril;
- esparadrapo; material para punção de vários tamanhos incluindo agulhas metálicas, plásticas e agulhas especiais para punção óssea;
- garrote; equipos de macro e microgotas;



- cateteres específicos para dissecação de veias, tamanho adulto/infantil;
- tesoura, pinça de Kocher;
- cortadores de soro;
- lâminas de bisturi;
- seringas de vários tamanhos;
- torneiras de 3 vias;
- equipo de infusão de 3 vias;
- frascos de soro fisiológico, ringer lactato e soro glicosado; caixa completa de pequena cirurgia;
- maleta de parto como descrito nos itens anteriores;
- sondas vesicais;
- coletores de urina;
- protetores para eviscerados ou queimados;
- espátulas de madeira;
- sondas nasogástricas;
- eletrodos descartáveis;
- equipos para drogas fotossensíveis;
- equipo para bombas de infusão;
- circuito de respirador estéril de reserva;
- equipamentos de proteção à equipe de atendimento: óculos, máscaras e aventais;
- cobertor ou filme metálico para conservação do calor do corpo;
- campo cirúrgico fenestrado; almotolias com anti-séptico;
- conjunto de colares cervicais;
- prancha longa para imobilização da coluna.

2.7 Da vigilância Sanitária sobre os estabelecimentos de saúde, conforme Lei Complementar 69 de 2012:

Artigo 183. Sem prejuízo da fiscalização por parte dos órgãos federais e estaduais competentes, a Fundação Municipal de Saúde, no desempenho das atribuições previstas neste Código, verificará nas suas visitas e inspeções, os seguintes aspectos:

I. capacidade legal do agente, através do exame dos documentos de habilitação inerentes ao âmbito profissional ou ocupacional, compreendidas as formalidades intrínsecas e extrínsecas do diploma ou certificado respectivo, tais como:

- a) registro;
- b) expedição do ato habilitador pelos estabelecimentos de ensino que funcionem oficialmente de acordo com as normas legais e regulamentares vigentes no país;
- c) inscrição de seus titulares, quando for o caso, nos conselhos regionais pertinentes ou em outros órgãos competentes previstos na legislação federal básica de ensino.

II. adequação das condições do ambiente, onde esteja sendo desenvolvida a atividade profissional, para a prática das ações que visem à proteção e recuperação da saúde;

III. existência de instalações, equipamentos e aparelhagens indispensáveis e condizentes com as suas finalidades e em perfeito estado de funcionamento;

IV. meios de proteção capazes de evitar efeitos nocivos à saúde dos agentes, clientes, pacientes e aos circunstantes.



§ 1º Para concessão de licença sanitária, deverá ser apresentado plano de gerenciamento de resíduos, em conformidade com este Código e com a legislação vigente.

§ 2º Todos os profissionais de saúde ficam obrigados a apresentarem declaração de notificação negativa das doenças de notificação compulsória.

Artigo 226. Para a concessão de licença sanitária e boletim de ocupação e funcionamento, é obrigatória a apresentação dos documentos estabelecidos nos incisos abaixo, conforme a atividade pretendida:

V. para clínica médica, odontológica, veterinária, de fisioterapia, laboratórios de análises clínicas anatomopatológicas e **outras atividades ligadas à saúde, sem internação**, é obrigatória a apresentação dos seguintes documentos:

- a) cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ);
- b) contrato de locação ou título de propriedade do imóvel;
- c) contrato social ou ata de constituição da empresa e suas alterações, se houver, registrado na junta comercial;
- d) certidão ou certificado de regularidade de responsabilidade técnica expedida pelo conselho de classe correspondente ou prova de relação contratual entre a empresa e seu responsável técnico (se este não integrar a empresa na qualidade de sócio), visada pelo conselho;
- e) carteira do conselho de classe e anuidade do ano em exercício;
- f) planta baixa e layout com modelo de carimbo da vigilância sanitária;
- g) relação de equipamentos e de profissionais em atividade no estabelecimento;
- h) relação dos profissionais que prestam serviço à clínica com discriminação do tipo de vínculo empregatício e os respectivos registros nos conselhos profissionais e declaração do responsável técnico informando os tipos de atendimentos que a clínica se propõe a prestar, recursos complementares disponíveis e horário de funcionamento, discriminando as especialidades;
- i) comprovante de limpeza de caixa d'água por firma credenciada no INEA;
- j) comprovante de manutenção de ar condicionado conforme norma técnica vigente;
- k) plano de gerenciamento de resíduos.

2.8 Equipe de maqueiros

2.8.1 Compreende-se por marqueiro o indivíduo capacitado a realizar suporte básico de vida e transporte (dentro da área de concentração de público do evento) de pessoas apresentando urgências médicas que estejam impossibilitadas de deambular, sem auxílio até o posto médico;

2.8.2 Esta equipe deverá trabalhar em dupla e estar disposta por toda área do evento, conforme será orientado pelas Secretaria de Turismo.

3. DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

3.1 A Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade, bem como a Secretaria de Cultura de Nova Friburgo, realizam anualmente licitações referentes aos serviços a serem



contratados para realização das eventuais atividades promovidos por estas especializadas, no intuito de promover as condições mínimas necessárias para que todos seus eventos aconteçam com máxima ordem e segurança possível.

3.2 Os eventos estimados abrangem datas comemorativas como o aniversário dos equipamentos culturais, carnaval, réveillon, aniversário da cidade, desfiles de Independência do Brasil, datas relacionadas a eventos ligados a cultura como o Dia Nacional da Cultura, por exemplo, o renomado Festival de Inverno, Festejos natalinos, festivais culturais entre outros. A maioria deles ocorre em vias públicas e praças da cidade, onde normalmente ocorre aglomeração de pessoas.

3.3 Os serviços de atendimento médico do presente Termo de Referência são exigências para liberação de eventos temporários de reunião de público, conforme versam a Resolução SEDEC 83 /2016, Secretaria de Estado de Defesa Civil e as Normas Técnicas do Corpo de Bombeiros Militar de Estado do Rio de Janeiro, relacionadas abaixo:

- Nota Técnica nº 1-01:2019 – Procedimentos Administrativos para regularização e fiscalização – Parte 01 – regularização, alterada pela Portaria CBMERJ nº 1167/22;
- Nota Técnica nº 05-04:2019 – Eventos temporários de reunião de público, alterada pela Portaria CBMERJ nº 1167/22;
- Nota Técnica nº 05-05:2019 – Atendimento médico para eventos de reunião de público.

3.4 Há um interesse público que os participantes das atividades previstas por ambas as Secretarias encontrem um cenário propício para comemoração de todos os eventos propostos, além atender às exigências dos Termos da Resolução SEDEC 83 de 05 de janeiro de 2016, que dispõe sobre as normas gerais de ação para a análise do projeto do atendimento médico para autorização de realização de eventos especiais, com reunião de público.

3.5 Na ânsia de prever possíveis dificuldades administrativas relacionada a tramitação processual em espaço escasso de tempo entre um evento e outro e a fim de buscar a economicidade e a legalidade dos atos públicos, optamos ir em buscar um procedimento administrativo que abrangesse todas as necessidades relacionadas para os próximos 12 meses.

4. DA QUANTIDADE SOLICITADA

Lote	Item	Descrição:	UNID.	QUANT Turismo	QUANT Cultura	QUANT TOTAL
01	01	Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 1.000 a 4.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE (...)	Diária	46	35	81



	02	Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 5.000 a 9.999 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE (...)	Diária	21	06	27
	03	Suporte de Atendimento Médico para eventos com público estimado entre 10.000 a 15.000 pessoas, com respectiva emissão de CART e FARE (...)		06	--	06

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

5.1 Comprovar, através de, no mínimo 1 (um), Atestados de Capacitação Técnica, ter a empresa fornecido o objeto em qualidade compatível à exigida neste Edital. Esses documentos deverão ser emitidos, em papel timbrado, pelo órgão público ou pela empresa privada que foi atendida.

5.1.1 Os Atestados de Capacidade Técnica deverão conter em destaque: data de início e término dos serviços, local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(s) técnico(s), seu título profissional e número de registro no nos Órgãos competentes, especificações e demais dados técnicos com informações detalhadas sobre o quantitativo executados;

5.1.2 Não serão considerados atestados fornecidos por empresas do mesmo grupo econômico das empresas licitantes.

5.2 Registro da empresa e de seus responsáveis técnicos no Conselho Regional ou Federal.

6. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1 Não poderão participar do certame as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declaradas inidôneas por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito de contratar ou licitar com a Administração Pública;

6.2 As empresas em Recuperação Judicial poderão participar do certame desde que demonstrada, na fase de habilitação, a sua viabilidade econômica, o que se dá com a aprovação e homologação do plano de recuperação judicial (art. 58 da Lei n. 11.101/2005).

6.3 Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidade vinculados ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.



6.4 A participação do representante legal da empresa far-se-á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário, dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

7. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

7.1 As despesas decorrentes dos serviços prestados, previstos no presente Termo de Referência correrão por conta da natureza da despesa, fonte de recurso e programa de trabalho, conforme especificado a seguir:

Programa de Trabalho:	Elemento de Despesa:	Fonte de Recurso:
17.001.23.695.0034.2.094	3.3.90.39-55	01
17.001.23.695.0036.2.102	3.3.90.39-55	00
17.001.23.695.0036.2.102	3.3.90.39-55	01
17.001.23.695.0037.1.064	3.3.90.39-55	01
17.001.23.695.0037.1.099	3.3.90.39-55	00
17.001.23.695.0039.2.105	3.3.90.39-55	01
18.001.13.392.00412.112	3.3.90.39-55	01
18.001.13.392.00412.112	3.3.90.39-55	00

7.2 As notas fiscais deverão ser emitidas em nome de: **MUNICÍPIO DE NOVA FRIBURGO, CNPJ: 28.606.630/0001-23, ENDEREÇO: AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 225, CENTRO, NOVA FRIBURGO - RJ, CEP: 28613-001.**

8. FORMA DE REALIZAÇÃO DO SERVIÇO

8.1 Os serviços a serem contratados deverão contemplar todos os itens necessários para seu pleno funcionamento.

8.2 A empresa contratada poderá ser demandada para atender até 3 (três) eventos simultaneamente;

8.3 A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do **CART** e **FARE** dos eventos nos quais serão solicitados os serviços, de acordo com o quantitativo estimado de público;

8.4 A empresa contratada deverá apresentar junto à Vigilância Sanitária Municipal a documentação obrigatória para o licenciamento da atividade no evento; em atendimento a



Lei Complementar 69 de 20 de dezembro de 2012; código sanitário municipal; como também o devido recolhimento da taxa de inspeção sanitária.

8.5 A CONTRATADA deverá arcar com todas as despesas referentes a vale-transporte, vale-alimentação, encargos sociais, uniformes completos que incluem EPI, ferramental básico, todos os insumos necessários para desempenho adequado dos seus profissionais e também insumos necessários para o funcionamento de cada equipamento.

9. LOCAIS DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

Os locais de prestação de serviço de cada lote acontecerá dentro do território de Nova Friburgo e será informado no momento da solicitação do serviço.

10. DA LIQUIDAÇÃO

10.1 A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças, Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência, em obediência ao Decreto nº 258 de 27 de setembro de 2018.

11. DO PAGAMENTO

11.1 O pagamento será efetuado conforme estabelece o Decreto 258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade e Decreto 313 de 10 de outubro de 2019:

- Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;
- FGTS;
- PGE – referente a Dívida Ativa Estadual;
- Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa;
- Estadual CND – referente ao ICMS.

11.2 A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta Corrente, para que possibilite o CONTRATANTE efetuar o pagamento do valor devido;

11.3 Na ocorrência de rejeição da(s) Nota(s) Fiscal (is), motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

11.4 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATANTE:

12.1.1 Fiscalizar a execução dos serviços, através de profissional designado para este fim, em conformidade com o contrato;



12.1.2 Proibir que a CONTRATADA execute tarefas em desacordo com as preestabelecidas;

12.1.3 Atestar as faturas/notas fiscais da CONTRATADA oriundas da realização dos serviços licitados;

12.1.4 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

12.1.5 Efetuar os pagamentos devidos nos prazos estabelecidos a contratada;

12.1.6 Prestar as informações e os devidos esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA.

12.1.7 Aplicar as penalidades constantes no item das Sanções Administrativas do presente Termo de Referência, bem como instrumento editalício e Lei 8.666/93, em caso de descumprimento de qualquer obrigação por parte da CONTRATADA.

12. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA E FORMA DE EXECUÇÃO DO CONTRATO

12.1 Além das obrigações resultantes da aplicação da lei nº 8666/93 e demais normas pertinentes, são obrigações da CONTRATADA:

12.1.1 A empresa contratada deverá apresentar juntos aos Corpo de Bombeiros a documentação obrigatória para a emissão do **CART** e **FARE** do evento em questão, de acordo com a requisição que será apresentada.

12.1.2 Atender de imediato às solicitações das Secretarias Municipais requisitantes quanto às substituições da mão de obra, quando a referida mão de obra for identificada como inadequada à prestação dos serviços;

12.1.3 A operacionalização, transporte, encargos, alimentação e custo extras com a equipe serão de inteira responsabilidade da empresa vencedora da licitação;

12.1.4 Manter o serviço contratado em número, qualidade e condições especificadas;

12.1.5 Manter preposto aceito pela Administração das Secretarias Municipais requisitantes, para representá-la na execução do Contrato;

12.1.6 Responder pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

12.1.7 Arcar com toda despesa e responsabilidade pela remoção e transporte de todo e qualquer equipamento que precise ser retirado das unidades de serviço para conserto, com a prévia autorização e comunicação aos fiscais do contrato;

12.1.8 Durante o período que decorrerá entre o início e término da Ata de Registro de Preço, a CONTRATADA deverá manter canal de comunicação ininterrupto com



profissional de sobreaviso para em caso necessite o acionamento imediato, disponibilizando assim contato deste e de um substituto;

12.1.9 Cumprir o objeto do presente termo de referência de acordo com as especificações nele contidas, no Edital da licitação, bem como na legislação em vigor;

12.1.10 A contratada indicará no ato da assinatura do contrato os responsáveis técnicos que realizarão os serviços, conforme apresentado na descrição do objeto que compõe este Termo de Referência.

12.1.11 Fornecer ao CONTRATANTE o número de telefone do preposto, com perfeito conhecimento do objeto do contrato, para o pronto deslocamento e atendimento em situações de emergência ou de algum sintoma anormal em equipamentos;

12.1.12 Comunicar, imediatamente, por intermédio do fiscal do contrato, toda e qualquer irregularidade ou dificuldade que impossibilite a execução do Contrato;

12.1.13 Assumir inteira responsabilidade pela conservação e limpeza dos locais de execução dos serviços. O desenvolvimento de trabalhos que envolvam transporte e montagem de equipamentos deverá ser rigorosamente planejado;

12.1.14 Fornecer aos seus empregados uniforme, calçado, crachá de identificação e equipamentos de proteção individual, obedecendo ao disposto nas normas de segurança do Ministério do Trabalho;

12.1.15 Estar em dia com suas obrigações trabalhistas perante seus funcionários, bem como perante os demais Órgãos Públicos descritos no presente Termo de Referência;

12.1.16 Responsabilizar-se, na forma da lei, por quaisquer danos causados diretamente aos bens do Município ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade em razão da existência de fiscalização das Secretarias Municipais requisitantes;

12.1.17 Restituir, ao término do prazo de vigência contratual, todo e qualquer equipamento pertencente ao município que esteja sob sua guarda, em perfeito e regular funcionamento;

12.1.18 Utilizar nos equipamentos peças genuínas ou recomendadas pelo fabricante, de configuração idêntica ou superior, por ocasião da execução de manutenção corretiva.



13. MEDIDAS ACAUTELADORAS

13.1 Consoante o artigo 45 da Lei nº 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

14. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1 É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1 O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por representantes da Contratante, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dar ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666/93;

15.2 Para o acompanhamento e fiscalização da execução do presente, ficam designados(as) os(as) agentes públicos(as) abaixo informado(as):

15.2.1 Da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
Michelle Mendes Cordeiro Salarini	062.820	Gestor titular
Ozório Junior Tardin da Silva	100.022	Gestor substituto
Juliano Combat Teixeira da Mota	115.246	Fiscal titular
Rafael Pereira Barbosa	062.644	Fiscal substituto

15.2.2 Da Secretaria Municipal de Cultura

NOME	MATRÍCULA	GESTOR / FISCAL
João Vitor Guerra Toledo Tamez	062797	Gestor titular
Cristina Paula de Lima Cardoso	100586	Gestor substituto
Nilberto Oliveira Herdy	062110	Fiscal titular
Carolina Beurmann de Silveira	062149	Fiscal substituto

15.3 O(s) fiscal(is) do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

15.4 O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato;



15.5 A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência;

15.6 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

16. DA RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

16.1 O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

17. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

17.1 Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666/93 e da Lei nº 10.520/02a contratada que:

17.1.1 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

17.1.2 Apresentar documentação falsa;

17.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

17.1.4 Ensejar o retardamento da execução do objeto;

17.1.5 Não manter a proposta;

17.1.6 Cometer fraude fiscal;

17.1.7 Comportar-se de modo inidôneo.

17.2 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;

17.3 Licitante/adjudicatário que cometer quaisquer infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções.

17.3.1 Advertência;

17.3.2 Multa compensatória no percentual de até 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total do contrato, pela recusa em assiná-lo, no prazo máximo de 05 (cinco) dias



úteis, após regularmente convocada, sem prejuízo da aplicação de outras sanções previstas;

17.3.3 Multa compensatória no percentual de até 5% (cinco por cento) do valor da fatura correspondente ao mês em que foi constatada a falta; (quando for o caso);

17.3.4 Multa moratória no percentual correspondente a 0,5% (meio por cento), calculada sobre o valor total do contrato, por dia de inadimplência, até o limite máximo de 10% (dez por cento), ou seja, por 20 (vinte) dias, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.5 Multa moratória no percentual de 10% (dez por cento), calculada sobre o valor total da contratação, pela inadimplência além do prazo acima, o que poderá ensejar a rescisão do contrato;

17.3.6 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

17.3.7 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior;

17.3.8 As multas e outras sanções aplicadas só poderão ser relevadas, motivadamente e por conveniência administrativa, mediante ato da Administração, devidamente justificado;

17.3.9 As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis;

17.3.10 A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93.

18. DA SUBCONTRATAÇÃO

18.1 Não será admitida a subcontratação do objeto.

19. DA RESCISÃO

19.1 O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento;



19.2 Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

21.2.1 Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação à Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade;

21.2.2 O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Turismo e Marketing da Cidade.

19.3 Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei n.º 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

20. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

20.1 A empresa vencedora do certame aceitará nas mesmas condições e preços os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias até o limite de 25% do valor inicial da contratação para o objeto definido neste termo de referência, nos termos da Lei 8.666/93.

20.2 Fica desde já determinado que a proposta apresentada pelo ganhador do certame deverá ser acompanhada pela planilha de custos e formação de preços.

20.3 Termo de referência elaborado por estas subscritoras auxiliadas pelas equipes técnicas das Secretarias Municipais requisitantes.

GESTORES:	APOIOS TÉCNICOS:
<hr/> Michelle Cordeiro Salarini Matr.: 062.820	<hr/> Ozório Junior Tardin da Silva Matr.: 100.022
<hr/> João Vitor Guerra Toledo Tamez Matr.: 062.797	<hr/> Cristina Paula de Lima Cardoso Matr.: 100586

Ratifico o presente termo de referência, nos termos da Lei Federal n.º 8.666/93, bem como autorizo **O PROSSEGUIMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO.**

Ciente, de acordo:

Renan da Silva Alves
Secretário Municipal de Turismo e Marketing da Cidade
Matr.: 062.790

Daniel Figueira Assis
Secretário Municipal de Cultura
Matr.: 063.081